

ESTATUTOS DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

Capítulo I

Natureza, Missão e Fins

1.º (Da natureza)

1 - A Associação adota a denominação de Centro de Estudos Sociais (CES), tem a sua sede no Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, freguesia da Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu, cidade e concelho de Coimbra, e é uma associação de natureza privada sem fins lucrativos, criada por tempo indeterminado.

2 - O CES pode criar dependências, delegações ou outras formas de representação para o exercício, esporádico ou permanente, da sua atividade, em Portugal ou no estrangeiro.

3 - O CES pode integrar, na qualidade de associado, unidades orgânicas da Universidade de Coimbra, assim como de outros organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros.

2.º (Da missão)

1 - O CES é uma instituição científica vocacionada para a investigação interdisciplinar e transdisciplinar e tem por missão principal a investigação no âmbito das ciências sociais, artes e humanidades, abrangendo ainda, sempre que adequado, outros domínios científicos. Tem ainda por missão o desenvolvimento de atividades de formação em estudos avançados, nomeadamente programas de doutoramento, a participação em redes de investigação interdisciplinares e transdisciplinares, nacionais e internacionais, o desenvolvimento de atividades de

1

formação contínua, nos domínios profissional e académico, a promoção e difusão da cultura científica e a realização de atividades culturais.

2 - O CES desenvolve as suas atividades com total independência dos poderes políticos, económicos, religiosos ou outros.

3 - O CES pratica uma política de igualdade de oportunidades, de antidiscriminação e de promoção dos direitos humanos.

4 - O CES observa a paridade como princípio orientador da composição dos seus órgãos eleitos.

5 - O CES promove as melhores práticas de ética na investigação, de respeito pela dignidade humana nas relações entre investigadores/as, funcionários/as e estudantes, bem como na relação com outros atores individuais e/ou coletivos, privados ou públicos, nacionais ou internacionais.

2

3.º (Dos fins)

No âmbito da sua missão, o CES prossegue os seguintes fins:

- a) Elaborar e executar projetos de investigação científica;
- b) Desenvolver programas de doutoramento;
- c) Publicar e divulgar os resultados da investigação realizada;
- d) Promover atividades de debate e divulgação científica;
- e) Promover a cooperação interinstitucional, nacional e internacional;
- f) Proceder à recolha e tratamento de informação nas áreas das ciências sociais, artes e humanidades;
- g) Realizar estudos, pareceres e consultorias;
- h) Realizar, desenvolver e promover atividades culturais;
- i) Realizar atividades de extensão;

- j) Estimular a participação das/os estudantes nas atividades de investigação científica;
- k) Promover e desenvolver ações de formação profissional e académica;
- l) Conceder bolsas e prémios para apoiar as ações ligadas ao ensino e à investigação;
- m) Exercer quaisquer outras atividades no âmbito da sua missão, definidas pelos órgãos competentes.

Capítulo II

Associados/as

4.º (Da aquisição da qualidade de Associado/a)

3

1 - São associados/as do CES:

- a) Docentes e investigadores/as da Universidade de Coimbra, bem como outros/as investigadores/as de reconhecida competência e mérito;
- b) A Universidade de Coimbra;
- c) Outras pessoas singulares e coletivas que contribuam para os fins do CES.

2 - A qualidade de associado/a, nos casos previstos nas alíneas a) e c) do número anterior, adquire-se por proposta de qualquer associado/a, após parecer favorável do Conselho Científico, aprovada em Assembleia Geral, por maioria de dois terços dos associados.

5.º (Dos direitos dos/as Associados/as)

São direitos dos/as Associados/as:

- a) Participar nas atividades do CES;
- b) Participar nas Assembleias Gerais;

- c) Eleger e ser eleito/a para os corpos sociais;
- d) Examinar as contas, documentos e outros elementos relativos às atividades do CES, nos oito dias precedentes a qualquer Assembleia Geral;
- e) Ter preferência, relativamente a elementos exteriores ao CES, na utilização das infraestruturas e serviços prestados;
- f) Ser informado/a de tudo o que respeita às atividades do CES;
- g) Propor a admissão de novos/as associados/as.

6.º (Dos deveres dos/as Associados/as)

São deveres dos/as Associados/as:

- a) Participar nas atividades do CES, contribuindo para a realização da sua missão e dos seus fins;
- b) Cumprir, com zelo, dedicação, lealdade e ética, as obrigações estatutárias, e regulamentares, bem como as decisões e deliberações dos órgãos sociais, incluindo as relativas ao cumprimento dos objectivos definidos pelo Conselho Científico para os/as investigadores/as;
- c) Desempenhar as funções para que forem eleitos/as ou para que aceitem ser designados/as.
- d) Manter atualizado o *Curriculum Vitae* na plataforma do CES ou em outra que a substitua.

7.º (Da perda da qualidade de Associado/a)

1 - Perdem a qualidade de associado/a do CES todos/as aqueles/as que:

- a) Solicitem a sua saída;
- b) Não satisfaçam o disposto no artigo sexto.

2 - A exclusão nos termos da alínea b) do número anterior será sempre decidida em Assembleia Geral, com inscrição prévia do assunto em ordem do dia, após parecer prévio do Conselho Científico.

3 - A aquisição da qualidade de associado/a, por quem a tenha perdido, obedece ao disposto no número dois do artigo 4º.

4 - Qualquer associado/a pode requerer a suspensão da sua qualidade, por assumir funções públicas relevantes que dificultem ou impeçam a continuação de uma atividade regular ou por motivos profissionais ou pessoais considerados atendíveis, mediante requerimento dirigido ao/à Diretor/a.

5 - A suspensão do estatuto de associado termina mediante requerimento fundamentado do/a Associado/a dirigido ao/à Diretor/a.

5

8.º (Da colaboração com o CES)

1 - A colaboração de forma regular com o CES, sem a qualidade de associado/a, é reconhecida através das seguintes categorias:

- a) Investigador/a;
- b) Investigador/a Colaborador/a;
- c) Investigador/a Visitante;
- d) Investigador/a em Pós-doutoramento;
- e) Investigador/a Júnior;
- f) Estudante de doutoramento;
- g) Funcionário/a.

2 – São considerados/as Investigadores/as quem celebre contrato de trabalho com o CES, com uma duração efetiva ou previsível superior a 3 anos, e desempenhem as suas funções com autonomia científica e sem supervisão, mas que não

detenham o estatuto de associado/a do CES.

3 - São Investigadores/as Colaboradores/as os/as que, podendo estar ou não integrados/as noutras unidades de investigação, colaborem em projetos de investigação desenvolvidos no CES..

4 - São ainda Investigadores/as Colaboradores/as personalidades de reconhecido mérito que mantenham uma colaboração regular com o CES, após aprovação pelo Conselho Científico.

5 - São Investigadores/as Visitantes os/as investigadores/as doutorados/as que estejam vinculados/as a uma outra instituição e desejem participar, durante um período de tempo definido previamente, em atividades de investigação, formação ou extensão no CES;

5.1 - Os/as Investigadores/as Visitantes são aprovados/as pelo Conselho Científico, após análise da proposta de estadia envolvendo a apresentação dos seus objetivos, a colaboração prevista e o *curriculum vitae* do/a proponente

6 - São Investigadores/as em Pós-doutoramento os investigadores doutorados/as que proponham a realização de um programa de investigação individual ou integrado em outras atividades em curso, cumprindo os critérios previstos no regulamento em vigor no CES.

7 - São Investigadores/as Juniores aqueles/as que desenvolvem atividades contínuas em projetos de investigação ou outras atividades relevantes, cumprindo os critérios estabelecidos no regulamento em vigor no CES.

8 - São estudantes de doutoramento os que têm o CES como instituição de acolhimento para a realização dos projetos de tese e/ou frequentam programas de doutoramento em que o CES é uma instituição parceira.

9 - A qualidade do Investigador/a Colaborador/a, de Investigador/a Visitante, de

Investigador/a em Pós-doutoramento, de Investigador/a Júnior ou de Estudante de Doutoramento cessa automaticamente quando as condições que levaram à sua atribuição deixarem de aplicar-se.

Capítulo III

Órgãos Sociais

9.º (Dos Órgãos Sociais)

São órgãos do CES:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção
- c) O Conselho Científico;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) A Comissão de Ética.

7

Secção I

Assembleia Geral

10.º (Da composição e eleição)

- 1 - A Assembleia Geral é composta por todos/as os/as associados/as do CES.
- 2 - A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um/a Presidente, um/a Vice-Presidente e um/a Secretário/a.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 23.º, número 2, alínea b), ponto i), dos Estatutos da Universidade de Coimbra, a Mesa da Assembleia Geral é eleita através de votação secreta das listas apresentadas a sufrágio, em Assembleia Geral, nos termos do artigo 12.º destes Estatutos, por um mandato de três anos,

renovável uma única vez.

4 - As listas apresentadas a sufrágio, para além dos membros efetivos, devem ainda conter dois membros suplentes.

5 - Podem participar na Assembleia Geral, sem direito a voto, os/as Investigadores/as, os/as Investigadores/as Juniores, os/as Investigadores/as em Pós-doutoramento, os Estudantes de Doutoramento e os/as Funcionários/as.

11.º (Da competência)

1 - A Assembleia Geral é o órgão máximo do CES, podendo deliberar sobre tudo o que diga respeito à vida da Associação, sem prejuízo das competências próprias dos outros órgãos sociais.

8

2 - É competência da Assembleia Geral:

- a) Alterar os Estatutos do CES;
- b) Deliberar sobre a admissão e perda de qualidade de Associado/a, nos termos previstos nos Estatutos;
- c) Eleger a Mesa da Assembleia, a Direção e o Conselho Fiscal;
- d) Aprovar o Relatório de Contas, proposto pela Direção;
- e) Aprovar o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades, propostos pela Direção, mediante parecer do Conselho Científico;
- f) Aprovar o Plano Estratégico, ouvido o Conselho Científico;
- g) Decidir sobre o impedimento e destituição dos membros dos órgãos sociais da Associação;
- h) Fiscalizar os atos de gestão da Direção, salvaguardando o exercício próprio das competências deste órgão;
- i) Aprovar os regulamentos necessários à execução dos Estatutos;

j) Deliberar sobre a extinção, fusão ou cisão do CES.

12.º (Do funcionamento)

1 - A Assembleia Geral funciona em plenário para tomada de deliberações no âmbito das suas competências.

2 - A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária duas vezes por ano, uma em novembro ou dezembro, para apreciação do Orçamento e do Plano de Atividades, e outra em março ou abril, para apreciação do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas do ano anterior, e, extraordinariamente, por iniciativa do/a Presidente da Mesa, da Direção ou a requerimento de vinte por cento dos/as associados/as.

3 - A Assembleia Geral apenas poderá deliberar quando estejam reunidos/as, pelo menos, cinquenta por cento dos/as associados/as.

4 - Se à hora marcada não se verificar a presença do número de associados/as previsto no número anterior, a Assembleia Geral reunirá meia hora depois com a presença de qualquer número de associados/as.

5 - As deliberações são tomadas por maioria dos/as Associados/as presentes, sem prejuízo do disposto nos números 6, 7 e 8 do presente artigo.

6 - As deliberações sobre a dissolução da Associação exigem o voto favorável de três quartos dos/as Associados/as.

7 - As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de Associados/as presentes na Assembleia Geral.

8 - As deliberações sobre a admissão de Associado/a ou sobre a perda dessa qualidade requerem o voto favorável de dois terços dos/as Associados/as presentes na Assembleia Geral.

9 - As votações relacionadas com a eleição, impedimento e destituição dos órgãos sociais, bem como a admissão e exclusão de associados/as, serão expressas através de voto secreto.

10 - A cada Associado/a corresponde um voto.

Secção II

Direção

13.º (Da composição e mandato)

1 - A Direção é composta por três membros efetivos, doutorados, eleitos por escrutínio secreto, em Assembleia Geral, para um mandato de três anos, renovável uma única vez.

10

2- As listas candidatas devem ter o número indicado de efetivos e igual número de suplentes, identificando expressamente quem se candidata a Diretor/a e Vice-diretor/a/s, devendo apresentar um Plano de Ação para a duração do mandato.

3 - A eleição recairá sobre a lista mais votada, de entre as que se tiverem apresentado a escrutínio.

4 - A Direção agrega um/a Diretor/a-Executivo/a, contratado/a especificamente para o exercício do cargo a tempo inteiro, que fará parte da Direção, juntamente com os membros eleitos, sendo nele/a delegadas pela Direção as competências julgadas necessárias para o bom funcionamento do CES.

14.º (Da competência)

1 - Compete à Direção do CES dirigir, orientar e coordenar as atividades e os serviços administrativos e financeiros em ordem à prossecução dos seus fins.

2 - Compete à Direção:

- a) Obrigar o CES, sem prejuízo das competências próprias dos restantes órgãos, e assegurar a representação do CES em juízo e fora dele;
- b) Conjuntamente com o Conselho Científico, elaborar o Plano Estratégico e as linhas de orientação do CES, promovendo e zelando pela sua aplicação;
- c) Elaborar e apresentar o Orçamento, o Relatório de Atividades e o Relatório de Contas à Assembleia Geral, bem como o Plano de Atividades elaborado e aprovado previamente pelo Conselho Científico;
- d) Assegurar o cumprimento do Plano de Atividades e do Orçamento aprovados em Assembleia Geral;
- e) Tomar as medidas necessárias à garantia da qualidade da investigação, da formação e demais atividades de natureza científica;
- f) Zelar pelo cumprimento das leis, do Estatuto e dos regulamentos;
- g) Propor ao Conselho Científico a adesão a quaisquer uniões, associações, federações ou confederações ou outras entidades coletivas, que se adequem à missão e objetivos do CES;
- h) Requerer a convocação da Assembleia Geral;
- i) Criar serviços administrativos e financeiros ou outros adequados à gestão eficiente da Associação, administrar o património e zelar pelo seu estado de conservação;
- j) Gerir a política de recrutamento de pessoas necessária à prossecução das atividades do CES e celebrar contratos com bolseiros/as, investigadores/as ou outros recursos humanos necessários;
- k) Celebrar contratos de prestação de serviços, enquanto entidade contratante;
- l) Criar, gerir e movimentar as contas bancárias relativas aos diferentes

11

financiamentos;

- m) Acompanhar a execução orçamental dos projetos de investigação e outras atividades que impliquem custos financeiros;
- n) Exercer as demais funções de que for incumbida pelos restantes órgãos sociais;
- o) Nomear os membros da Comissão de Ética após aprovação do Conselho Científico.

3 - Nos casos previstos no número 2º, o CES obriga-se pela assinatura do/a Diretor/a, do/a Diretor/a-Executivo/a - caso este cargo tenha a devida delegação de competências aprovada em Ata de Reunião - ou por dois/uas Vice-Diretores/as.

12

15.º (Do funcionamento)

- 1 - A Direção reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, em qualquer altura, mediante convocatória do/a Diretor/a, do/a Diretor/a-Executivo/a ou de dois/uas Vice-Diretores/as.
- 2 - As deliberações da Direção são sempre tomadas por maioria dos membros, tendo o/a Diretor/a voto de qualidade em caso de empate.

Secção III

Conselho Científico

16.º (Da composição e mandato)

- 1 - O Conselho Científico funciona em Plenário, composto por todos/as os/as associados/as doutorados/as, ou em Comissão Permanente.
- 2 - A Comissão Permanente do Conselho Científico é composta por vinte e cinco associados/as doutorados/as, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) O/A Diretor/a e o/a Coordenador/a do CES em Lisboa por inerência;
- b) Um/a coordenador/a de cada Núcleo, num máximo de cinco representantes destes órgãos;
- c) Representantes eleitos nominalmente por e entre os/as associados/as doutorados/as.
- d) O Diretor Emérito.

3 - O/A Presidente do Conselho Científico convoca todos/as os/as associados/as doutorados/as para proceder à eleição dos membros previstos na alínea c), do número anterior.

4 - O mandato da Comissão Permanente do Conselho Científico é de três anos.

5 - Os membros do Conselho Científico elegerão entre si o/a Presidente, a quem incumbe a direção das reuniões.

6 - Os membros do Conselho Científico elegerão ainda, entre si, um/a ou mais Vice-Presidentes, sob proposta do/a Presidente.

7 - Podem participar no Conselho Científico, sem direito a voto, o/a Diretor/a-Executivo, um/a representante dos/as associados/as não doutorados/as, um/a representante dos Investigadores em Pós-doutoramento e um/a representante dos/as Investigadores/as Juniores, eleitos/as pelos seus pares.

13

17.º (Da competência)

Compete ao Conselho Científico, em Plenário ou em Comissão Permanente:

- a) Elaborar, em conjunto com a Direção, as Linhas de Orientação e o Plano Estratégico e acompanhar a sua aplicação;
- b) Elaborar e aprovar o Plano de Atividades, em articulação com a Direção, e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades;

- c) Deliberar sobre a criação, transformação, fusão ou extinção de Núcleos, Observatórios ou outras estruturas de organização científica;
- d) Criar unidades, permanentes ou não, de consulta, de avaliação e de informação, no âmbito das atividades do CES, estabelecer os termos do seu funcionamento e apreciar e aprovar os seus relatórios;
- e) Propor para deliberação da Assembleia Geral a perda de qualidade de associado/a, nos termos previstos no artigo 7.º, n.º 1, al. b) dos presentes Estatutos, bem como dar parecer sobre a admissão de novos/as associados/as;
- f) Aprovar e avaliar os programas de formação em estudos avançados, definir os respetivos planos de estudos e o número de créditos a atribuir a cada unidade curricular;
- g) Aprovar e avaliar outras atividades de formação;
- h) Definir o perfil científico dos/as investigadores/as doutorados/as e de outros/as técnicos/as de apoio, quando se refira a lugar com componente científica, a contratar através de contrato individual de trabalho, e avaliar o seu desempenho;
- i) Aprovar a realização de iniciativas e eventos científicos e culturais;
- j) Aprovar os projetos de investigação e acompanhar a sua execução científica;
- k) Nomear júris de provas e de concursos para avaliação de candidaturas a lugares com componente científica, referidas na al. h);
- l) Aprovar a adesão a uniões, associações, federações ou confederações, ouvida a Direção;
- m) Pronunciar-se sobre a destituição da Direção;
- n) Propor os membros da Comissão de Ética, para nomeação pela Direção.

18.º (Do funcionamento)

1 - O Plenário do Conselho Científico reunirá ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, em qualquer altura, mediante convocatória da/o sua/seu Presidente ou por solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 - A Comissão Permanente do Conselho Científico reunirá, ordinariamente, todos os meses e, extraordinariamente, em qualquer altura, mediante convocatória da/o sua/seu Presidente ou por solicitação de, pelo menos, cinco dos seus membros.

3 - As deliberações do Conselho Científico são sempre tomadas por maioria dos seus membros, tendo a/o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

4 - Sempre que estejam em causa deliberações sobre assuntos relativos a Observatórios, unidades ou serviços do CES sem representantes na Comissão Permanente do Conselho Científico, esta deverá ouvir previamente os/as coordenadores/as ou representantes dos mesmos.

15

19.º (Das unidades de acompanhamento pedagógico e de avaliação)

1 - O Conselho Científico deve criar, pelo menos, uma Unidade de Acompanhamento Interna e uma Unidade de Acompanhamento Externa, com o objetivo de proceder a uma análise e avaliação constante das atividades desenvolvidas pelo CES, emitindo pareceres globais anuais e, sempre que considerado necessário, pareceres parciais e/ou temáticos.

2 - A Unidade de Acompanhamento Interna é composta por cinco investigadores/as associados/as doutorados/as do CES.

3 - A Unidade de Acompanhamento Externa é composta por três a cinco

doutorados/as ou personalidades de reconhecido mérito, externas ao CES, devendo, pelo menos, duas delas exercer as suas atividades em instituições estrangeiras.

4 - Os membros das Unidades de Acompanhamento são nomeados pelo Conselho Científico, sob proposta da Direção, para um mandato de três anos, renovável uma única vez.

5 - O Conselho Científico deve criar uma Unidade de Acompanhamento Pedagógico para tratar de assuntos relativos à participação do CES em programas de doutoramento enquanto órgão consultivo.

6 – A Unidade de Acompanhamento Pedagógico é composta pelo membro da Presidência do Conselho Científico com o pelouro dos programas de doutoramento, que lhe preside, por um/a coordenador/a por programa de doutoramento em que o CES é parceiro, escolhido entre os membros da equipa coordenadora, por um/a estudante efetivo/a, ou o/a seu/ua suplente, por programa de doutoramento em que o CES é parceiro, eleito/a entre os seus pares, e por um/a estudante efetivo/a, ou o/a seu/ua suplente, eleito/a entre os/as estudantes com acolhimento científico no CES, que não sejam provenientes dos programas de doutoramento em que o CES é parceiro.

7 - Os mandatos dos membros eleitos no número anterior têm uma duração de 2 anos, não renováveis.

16

Secção IV

Conselho Fiscal

20.º (Da composição)

1 - O Conselho Fiscal é composto por um/a Presidente e dois/uas vogais, sendo

ainda eleitos/as dois/duas suplentes.

2 - Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, em escrutínio secreto, para um mandato de três anos, renovável uma única vez.

3 - A eleição recairá sobre a lista mais votada, entre as que se tiverem apresentado a escrutínio.

21.º (Da competência)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar as contas do CES e emitir parecer sobre o Relatório de Contas;
- b) Acompanhar a execução do orçamento;
- c) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão;
- d) Participar às entidades competentes as irregularidades que detetar;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei e pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam apresentadas pelos órgãos competentes do CES.

17

Secção V

Comissão de Ética

22.º (Da composição)

1 - A Comissão de Ética do CES (CE-CES) é constituída por quatro investigadores/as associados/as doutorados/as do CES e por um elemento externo.

2 - A Comissão é nomeada pela Direção do CES, sob proposta do Conselho Científico.

3 - O/A Presidente é eleito/a pelos membros da Comissão na primeira reunião.

4 - A Comissão de Ética poderá convocar, para casos específicos e pontuais, a

colaboração de especialistas em casos em que o parecer destes seja tido como pertinente.

5 - O mandato dos membros da CE-CES é de três anos, renovável uma única vez.

23.º (Da competência)

1 - A CE-CES é uma entidade independente, multidisciplinar e de consulta, dedicada à promoção e garantia de padrões éticos na investigação científica, ensino e atividades de extensão do CES, que possui um regulamento de funcionamento próprio, aprovado pelo Conselho Científico.

2 - São competências da CE-CES:

- a) Emitir parecer, sempre que solicitado, sobre requisitos éticos constantes de protocolos de investigação de projetos e programas de investigação do CES ou nos quais o CES colabora;
- b) Emitir parecer, sempre que solicitado, sobre situações declaradas de conflito de interesses e pronunciar-se sobre ocorrências que, no âmbito de projetos de investigação ou de atividades de ensino e de extensão, configurem a violação de princípios de ética científica;
- c) Dinamizar a análise e reflexão sobre problemas da prática de investigação que envolvam questões de ética e promover a divulgação dos princípios gerais de ética.

18

Capítulo IV

Organização da atividade científica

24.º (Dos núcleos, observatórios ou outras unidades de investigação)

1 - Os/as investigadores/as associados/as do CES estão integrados/as em núcleos

de investigação, do quais fazem igualmente parte os/as integrantes das categorias previstas no n.º1 do artigo 8.º, alíneas a) a e).

2 - Os/as investigadores/as associados/as do CES podem ainda integrar observatórios ou outras unidades científicas aprovadas pelo Conselho Científico.

3 - Os/as coordenadores/as dos núcleos de investigação, em número máximo de três por cada núcleo, são eleitos/as por todos os membros do núcleo, que define o colégio eleitoral.

Capítulo V

Gestão Financeira

25.º (Das receitas)

19

1 - São receitas do CES:

- a) Os subsídios;
- b) As receitas que legalmente possa arrecadar e, nomeadamente, as que provenham de inscrições em programas de formação ou eventos científicos, que organiza ou em que participe, ou de atividades de promoção da cultura;
- c) O produto de venda de bens e serviços;
- d) O produto de legados e de outras liberalidades;
- e) O rendimento do património;
- f) O mecenato científico e as atividades de angariação de financiamentos.

2 - As receitas obtidas pelo CES destinam-se a financiar as atividades relativas à sua missão ou a serem incorporadas no seu património.

Capítulo VI

Disposições Finais

26.º (Da extinção da Associação)

Em caso de extinção, os bens do CES reverterão para a Universidade de Coimbra.

27.º (Diretor Emérito)

1 - O título de Diretor Emérito é atribuído a Boaventura de Sousa Santos, após cessação das suas funções atuais, como reconhecimento pelo papel imensamente relevante que desempenhou ao longo de mais de 40 anos enquanto Diretor e principal responsável pelo crescimento, consolidação e afirmação do CES, nacional e internacionalmente, como instituição de referência nas ciências sociais artes e humanidades.

20

2 - O Diretor Emérito mantém todos os direitos e deveres como Investigador do CES, tal como qualquer outro/a associado/a.

3 - O Diretor Emérito tem assento, por inerência, no Conselho Científico.

28.º (Omissões)

Todas as questões omissas nos presentes Estatutos serão supridas mediante o recurso à lei geral e demais legislação especial aplicável, bem como mediante a aprovação de regulamentos no âmbito das competências da Direção e do Conselho Científico.

29.º (Entrada em vigor)

1 - Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao registo pelos serviços notariais, não prejudicando as deliberações e decisões anteriores.

2 - A revisão extraordinária pode ter lugar em qualquer momento, por deliberação do Conselho Científico, aprovada por maioria de dois terços presentes em Assembleia Geral.

3 - A extinção do órgão Diretor entra em vigor após a realização da Assembleia-Geral para eleição da Direção, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia-Geral, durante o ano de 2019, ato em que as listas candidatas ao órgão Direção devem já prever o disposto nos artigos 13º e 14º do presente documento.

Aprovado em Assembleia-Geral do CES de 10 de dezembro de 2018